



## aprova Resolução que adota a CHPM

O Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou em plenária realizada, no mês de agosto, a resolução que adota a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CHPM) como o padrão mínimo e ético de remuneração dos procedimentos médicos para o Sistema de Saúde Suplementar. Em seus artigos 1º e 2º, o CFM ratifica as propostas encaminhadas pelo Encontro Nacional de Entidades Médicas (ENEM) a este Conselho. Veja o que diz a resolução:

Art.1º - Adotar como padrão mínimo e ético de remuneração dos procedimentos médicos, para o Sistema de Saúde Suplementar, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, incluindo suas instruções gerais e valores.

Art. 2º- Os valores relativos aos portes de procedimentos deverão ser determinados pelas entidades médicas nacionais por intermédio da Comissão Nacional de Honorários Médicos.

Parágrafo único - As variações, dentro das bandas determinadas nacionalmente, serão decididas pelas Comissões Estaduais ou Regionais de Honorários Médicos, levando-se em conta as peculiaridades regionais.

## Presidente do CFM depôs na CPI dos Planos de Saúde

**D**epois de ouvir os principais problemas dos usuários de planos de saúde, a CPI dos Planos de Saúde partiu no dia 26 de junho para as queixas de quem trabalha para os planos: os médicos. O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Edson de Oliveira Andrade, e o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Héder Murari depuseram na Câmara dos Deputados.

Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) indicam que este setor reúne mais de 2.000 empresas operadoras de planos de saúde, milhares de médicos, dentistas e outros profissionais, hospitais, laboratórios e clínicas. Rede que atende mais de 34 milhões de pessoas que utilizam planos privados de assistência à saúde para consultas, exames e internações.

Para o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, "no setor de saúde suplementar o grande desafio dos médicos tem sido vencer o conveniente imobilismo e insensibilidade das operadoras e da ANS, frente à brutal defasagem dos valores dos honorários médicos hoje praticados".

"Nos últimos sete anos, os planos de saúde aumentaram, em média, 230% o valor de suas mensalidades - aumento não estendido aos médicos. Em alguns casos, os convênios até diminuíram o valor pago pelo atendimento", afirma o segundo vice-presidente do CFM, Marco Antônio Becker.

Informações do Sindicato dos Médicos de São Paulo mostram que, naquele estado, as consultas variam entre R\$ 7,00 e R\$ 25,00. Estudos da Associação Médica Brasileira (AMB) mostram que para recompor os valores praticados nas consultas, tais como estavam em 1986, seriam necessários reajustes da ordem de 300% nos valores pagos aos médicos.

A AMB defendeu, recentemente, na ANS, que na planilha de itens considerados na elaboração do índice de reajuste dos planos de saúde seja incluída uma variável que represente a recomposição das perdas do valor dos serviços médicos, especialmente das consultas, e que haja a obrigatoriedade de repasse aos honorários médicos do mesmo índice de aumento autorizado às operadoras pela agência reguladora.

Segundo dados da pesquisa Perfil do Médico no Brasil, realizada pela Fiocruz, 74,7% destes profissionais praticavam alguma atividade "liberal" em consultório privado em 1996. Entretanto, o paradigma de "profissional liberal" não mais existe para os médicos, pois metade deles, hoje, assim não se consideram. A perda desse status e do conseqüente prestígio social se reflete em:

- a) perda relativa da atividade liberal em seus consultórios (dependência de convênios);
- b) necessidade de valer-se, cada vez mais, do trabalho assalariado e do multiemprego para sua manutenção;
- c) salários baixos, sobrecarga, fadiga, estresse.

*Fonte: Assessoria de Imprensa do CFM*